



PARECER JURÍDICO

AUTUADO: ODILON SCHOTT	RECURSO
PROCESSO Nº 03672/2001/002/2005	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2016/2005	
NATUREZA DA INFRAÇÃO: GRAVE	
PORTE: PEQUENO	

I – RELATÓRIO

ODILON SCHOTT foi autuado em 02.08.2005 pela prática da infração grave tipificada no art. 19, § 2º, item 2, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02:

Art. 19(...)

§ 2º - São consideradas infrações graves:

(...)

2. descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas na Licença de Operação, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

O autuado apresentou Defesa tempestiva. Em razão da autuação, foi aplicada, em 14.07.2010, pela FEAM, multa no valor de R\$ 2.501,00.

O autuado apresentou Recurso tempestivo.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por “Descumprir determinações da FEAM contidas no Relatório de Vistoria 08731/2004 de 26/08/2004.” (fl. 05).

No Recurso o autuado alega, em síntese, que:

- Não houve intimação do autuado da realização da audiência do presente processo, restando violado o devido processo legal;
- Foi publicada norma posterior mais benéfica – DN COPAM 108/2007, devendo tal norma retroagir para beneficiar o autuado;
- Não foi constatado dano ambiental, restando insubsistente o ato administrativo;
- O tipo legal capitulado no auto de infração é incompatível com a conduta reprimida;
- Conforme novo Decreto, o valor da multa deve ser alterado, de acordo com porte do autuado;



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



- Devem ser aplicadas as atenuantes previstas no art. 68, I, "a", "c" e "e", do Decreto 44.822/2008;

- Requer assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, nos termos do art. 49, §2º, do Decreto 44.844/2008.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

Inicialmente, tem-se que o processo administrativo foi realizado de acordo com os princípios da legalidade e ampla defesa. Nesse sentido, não procede o argumento do autuado de que ele deveria ser pessoalmente intimado dos atos processuais passíveis de lhe acarretar dano, conforme estipula a Lei nº 14.184/2002. Tal decorre do fato que a Lei 14.184/02 tem aplicação subsidiária aos processos administrativos regidos por regulamentação própria, conforme estabelece o art. 1º, § 2º, que determina que os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se apenas subsidiariamente os seus preceitos.

O processo administrativo ambiental em Minas Gerais seguia o procedimento estabelecido no Decreto nº 39.424/1998, até sua revogação pelo Decreto nº 44.844/2008, que contém o novo procedimento. Portanto, haja vista que o Decreto 44.844/2008 esgota o procedimento administrativo no presente caso, não é aplicável a disposição geral da Lei 14.184/2002, mas sim a especial do Decreto 44.844/2008.

Ademais, insta salientar que todos os atos que pudessem acarretar em ônus para o autuado foram regularmente publicados no Diário Oficial de Minas Gerais, sendo, portanto, públicos e de conhecimento geral.

A alegação de que deveriam ser aplicadas as disposições da DN COPAM 108/2007 também não merece prosperar, haja vista que dita disposição não estabelece qualquer definição de aplicação retroativa. Nesse sentido, é regra geral, consubstanciada na Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, que a norma apenas retroagirá caso haja expressa disposição legal, a ver:

Art. 2º (...) 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

Portanto, tem-se que no momento da autuação houve infração à legislação pertinente, pois o prazo para a regularização ambiental era definido pela DN COPAM 50/2001. A superveniência de nova norma não acarreta no perdão da infração à norma anterior, pois os fatos são regidos pela norma vigente no momento de sua ocorrência. Nesse sentido, não merece prosperar o argumento do autuado, não sendo aplicável no seu caso a DN COPAM 108/2007.

Ressalte-se, por oportuno, no que diz respeito à alegação de inexistência de dano ambiental, que na esfera administrativa a infração é caracterizada não pela ocorrência de um dano, mas pela inobservância de uma regra jurídica, sendo que, o



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM



elemento subjetivo dolo ou culpa não é pressuposto jurídico para a configuração da responsabilidade ambiental no âmbito do procedimento administrativo ambiental.

Nos termos do art. 70 da Lei 9605/1998, considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Sendo assim, percebe-se que a responsabilidade ambiental tem natureza objetiva, sendo desnecessária a perquirição de dolo ou de culpa quanto a causar dano ao meio ambiente, assim como quanto à própria prática da infração ambiental, bastando, para incidir a responsabilização do agente, a ocorrência de infração a ele imputável. Portanto, não merece prosperar a insurgência do autuado quanto à suposta inexistência de dano ambiental no presente caso.

Foi descumprida a Resolução CONAMA nº 273/2000. Não bastasse isso, foi descumprida também a Deliberação Normativa COPAM nº. 50, de 28 de novembro de 2001 (publicada em 15.12.2001), que estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental de postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis, dentre outras providências.

O art. 2º da referida Deliberação Normativa, em seu §2º, estabelece uma série de normas técnicas e medidas de controle ambiental que devem ser cumpridas pelos postos de abastecimento, e que, no presente caso, à época da autuação ainda não havia sido todas atendidas.

“Art. 3º.

(...)

§2º. Além da apresentação dos documentos exigidos pelo parágrafo anterior, os empreendimentos a que se refere este artigo deverão cumprir, para a obtenção da Licença de Operação, as seguintes medidas de controle ambiental, nos prazos respectivos, contados a partir da publicação desta Deliberação Normativa:

(...)

II – instalar válvulas de recuperação de gases nos respiros: 6 (seis) meses;

III – efetuar teste de estanqueidade em tanques subterrâneos instalados a mais de 10 anos: 6 meses, conforme NBR nº. 13.784;

IV – concretar pista da área de troca de óleo e da lavagem de veículos – 6 meses;

V – instalar Caixa Separadora de Água e Óleo – SAO na área de lavagem de veículos, troca de óleo – 8 meses;

VI – apresentar controle de manutenção dos SAO's: 12 meses;

VII – apresentar proposta de cronograma para troca dos tanques subterrâneos instalados há mais de 20 anos: 60 dias;

VIII – apresentar proposta de cronograma para troca dos tanques subterrâneos instalados há mais de 10 anos que após o teste de estanqueidade, constante do inciso III acusarem vazamentos: 60 dias;



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM



IX – apresentar outorga de direito de uso de recursos hídricos, quando necessário;

X – apresentar projeto e cronograma de implantação de passeio na área do empreendimento com o objetivo de facilitar o trânsito de pedestres à frente do posto de combustíveis, aprovado pelos órgãos competentes (Prefeitura Municipal, Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG ou Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER): 6 meses.”

Vale ressaltar que desde 2000 há exigências expressas de adequação ambiental dos postos de combustíveis, com fixação de prazos para seu cumprimento. No entanto, em agosto de 2005, ocasião da lavratura do auto de infração, o autuado ainda encontrava-se em situação irregular, em manifesto descumprimento das normas ambientais. O autuado, em cinco anos, não havia implementado todas as medidas de controle ambiental exigidas pela DN 50/2001. Portanto, correta a aplicação da multa no caso em voga.

O tipo legal capitulado no Auto de Infração guarda relação direta com a conduta, haja vista que foi descumprida determinação formulada pelo COPAM, por meio da Deliberação Normativa nº 50/2001.

As atenuantes mencionadas não se aplicam no caso em apreço, pois o autuado não se desincumbiu do ônus de demonstrar a efetividade das medidas adotadas, a menor gravidade dos fatos ou a sua colaboração com o órgão ambiental.

Incabível a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta, haja vista que não há medidas a serem adotadas para reparar o dano ambiental ou corrigir a poluição causada pelo infrator. Isso porque, conforme se verifica em consulta ao SIAM, o autuado obteve Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF em 10.07.2007, no processo administrativo Nº 03672/2001/003/2007.

III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do Recurso, mantendo a multa aplicada no valor de **R\$ 2.501,00**, por estar em conformidade com o art. 83 e art. 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2011.

Autor: André de Albuquerque Sgarbi Consultor Jurídico OAB/MG 98.611	Assinatura:
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: